



A ESCOLA É NOSSA!

O capitalismo está em crise, e os burgueses querem que a juventude pague o pato!

Diante de nossos olhos, está se desenvolvendo uma crise estrutural do capitalismo. A queda da taxa de lucro leva a burguesia brasileira a buscar diversas formas de compensar seus ganhos. Sua resposta à crise é intensificar a exploração da força de trabalho, aumentando a jornada e comprimindo os salários, além de usar seu poder político e o controle do Estado para abrir novas fontes de “investimento” (acumulação), transferindo recursos públicos para empresas privadas.

Além disso, a precarização das condições de vida da classe trabalhadora leva a uma onda de insatisfação, expressa nas mobilizações sindicais e populares, nas greves e manifestações, que são fonte e resultado do movimento socialista. Sabendo que não pode permitir o questionamento de seu domínio, a burguesia financia, aberta e amplamente, suas tropas de choque mais cruéis: os movimentos de extrema-direita e fascistas, que atuam na repressão direta da classe trabalhadora e na defesa dos monopólios.

E é justamente a juventude a mais afetada por essa política reacionária. São os jovens que perdem primeiro seus empregos e que são submetidos às piores condições de trabalho e à precarização. São os e as jovens que morrem

devido à violência policial, a abortos realizados em condições precárias e aos efeitos das guerras imperialistas. São os jovens que têm seu futuro sequestrado e seu presente destruído pela burguesia, pelos ricos!

A ESCOLA NÃO É UMA ILHA, A EDUCAÇÃO NÃO É UMA EXCEÇÃO!

Na educação, não seria diferente. A burguesia, ciente da crise que enfrenta e da função principal das escolas — formar a força de trabalho —, tem seu projeto para a educação. Esse projeto é a privatização, o desmonte do Ensino Médio, a precarização das escolas públicas e a militarização. Em resumo, trata-se de um ataque coordenado a todas as conquistas da classe trabalhadora das últimas décadas, substituindo-as por um modelo privatista, excludente e autoritário.

É claro para nós que a burguesia utiliza seu controle do Estado para transferir recursos públicos, que deveriam servir à maioria da população, para seus próprios bolsos, beneficiando os mais ricos. Esse é o processo exposto, principalmente, em São Paulo e no Paraná, onde os governos estaduais entregam parcelas cada vez maiores da

administração, da gestão e da direção pedagógica das escolas para empresas privadas, sob a farsa da “eficiência” e da “modernização”. Na prática, os estudantes são privados da gestão democrática das escolas e têm acesso a materiais de péssima qualidade, como ficou evidente nos escândalos dos livros didáticos em São Paulo.

Essa é a alternativa da Parceria Público-Privada, que, sabendo que a maior parte da classe trabalhadora não tem condições financeiras de arcar com uma escola privada, transforma a escola pública, gratuita, em fonte de lucro, obrigando o Estado a sustentar empresas privadas, transferindo recursos públicos para a burguesia. Agora, cabe perguntar: como é mais barato pagar uma empresa privada, que deve dar lucro, do que operar diretamente as atividades? É simples: as empresas privadas pagam mal seus trabalhadores e os exploram ainda mais. Tudo o que é economizado na força de trabalho vai para o bolso do patrão...

Mas, além de fonte de acumulação, as escolas públicas também são o lugar onde se formam 83,6% dos filhos e filhas da classe trabalhadora do país, ou seja, onde se educa e se disciplina a força de trabalho. Sabendo disso, a burguesia declara seu projeto: um Novo Ensino Médio sem ciência, esporte e cultura, com formação técnica e “projeto de vida” apenas para a maioria (enquanto as escolas privadas, onde estudam seus filhos, continuam ofertando ciência, esporte e cultura). Ou seja, para eles, basta que saibamos português e matemática. Faculdade? Para quê? O que querem é força de trabalho barata para explorar!



juventude — não toda, é claro, mas aquela que mora nas zonas periféricas, ditas perigosas, onde a desigualdade é gritante e a revolta também —, e essa função caberia, evidentemente, à Polícia Militar. É o tão defendido projeto das escolas cívico-militares, que transfere dinheiro da educação para a PM e, sob

o argumento da disciplina, viola a liberdade de expressão e de organização dos estudantes, sufocando a democracia nas escolas.



MAS A ESCOLA É NOSSA!

Não podemos aceitar essa política. Não é justo que a educação pública — as escolas que atendem mais de 80% da juventude brasileira — seja organizada de acordo com a cartilha da burguesia, e não com os interesses e aspirações de seus trabalhadores e estudantes, filhos e filhas da classe trabalhadora. Precisamos contrapor esse projeto de Escola do Capital com um projeto da juventude: a Escola Popular.

E, com isso, dizemos que não aceitaremos a privatização. Queremos que o Estado cumpra seu dever e garanta nosso direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade; que não aceitaremos o Novo Ensino Médio, queremos uma educação integral e plena, com ciência, esporte e cultura; que não aceitaremos a militarização, queremos democracia e liberdade nas escolas; que não aceitaremos ser educados apenas para nos tornar força de trabalho precarizada, queremos uma educação que forme plenamente o ser humano, que desenvolva pensamento crítico, consciência social e capacidade de transformar a realidade.

A escola não deve servir apenas ao mercado, mas à emancipação da classe trabalhadora. E, se alguém tiver que pagar o pato, que paguem os ricos!

"Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros, que é mais importante."

- Che Guevara



Acesse nosso site pelo **QR CODE** ou em **ujc.org.br**

Nos siga:

@ujc.nacional no Instagram
@ujc_br no x